

**AS LEIS DE KALDOR E SEUS REFLEXOS PARA A ECONOMIA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 1998 – 2011.**

Rodrigo Marquez¹

RESUMO

A estrutura da economia brasileira sofreu alterações importantes a partir da abertura comercial dos anos 1990; do fim da hiperinflação nos anos de 1994 até a consolidação do plano real. Neste sentido deve-se destacar a importância do setor externo na produção das mudanças ocorridas. No entanto, estudos indicam, que as transformações observadas não configuraram uma evolução do perfil tecnológico na indústria de transformação, o que pode ocasionar uma deterioração dos meios de troca estabelecidos pelo comércio internacional. Neste artigo, o objetivo principal é realizar uma análise descritiva, a luz das “Leis de Kaldor”, sobre o desenvolvimento econômico brasileiro dos últimos anos. Por hipótese trabalha-se com o fato de que o crescimento econômico observado na economia brasileira advém dos ciclos de liquidez internacional e não de mudanças significativas nas estruturas produtivas do país. Os resultados obtidos sugerem uma redução nos investimentos na indústria de transformação, precoce desindustrialização da economia brasileira, e tendência de reversão do crescimento econômico.

Palavras-chave: Leis de Kaldor, Economia Brasileira, Desindustrialização.

KALDOR LAWS AND ITS CONSEQUENCES FOR THE BRAZILIAN ECONOMY: AN ANALYSIS OF THE YEAR 1990 - 2010.

ABSTRACT

The structure of the Brazilian economy has undergone major changes from the trade liberalization of the 1990s, the end of hyperinflation in 1994 until the consolidation of the real plane . In this regard it should be noted the importance of the external sector in the production of the changes occurred . However, studies indicate that the changes observed have not configured an evolution of the technological characteristics of manufacturing industry , which can cause a deterioration of the means of exchange established by international trade . In this article, the main goal is to perform a descriptive analysis , the light of the "Laws of Kaldor ," about Brazil's economic development in recent years . By hypothesis works with the fact that the observed economic growth in the Brazilian economy comes from the cycles of international liquidity . The results suggest a reduction in investments in manufacturing, early industrialization of the Brazilian economy and trend reversal in economic growth.

Keywords: *Kaldor's laws, The Brazilian Economy, Desindustrialization.*

¹ Advogado, Economista, Mestre em Economia, área de concentração: desenvolvimento econômico pela Universidade Federal de Uberlândia.

1. INTRODUÇÃO

A partir dos ensinamentos de Nicholas Kaldor, que nos anos 1960, desenvolveu um conjunto de argumentos para explicar o relativo atraso da economia inglesa frente aos demais países desenvolvidos, observam-se que foram desenvolvidas algumas proposições teóricas, derivadas das conhecidas “Leis de Kaldor” que explicam as diferenças existentes nas dinâmicas de crescimento dos países (MCCOMBIE e ROBERTS, 1981).

Ao realizar uma análise dos trabalhos seminais relativos ao desenvolvimento econômico, pode-se obter um conjunto de variáveis capazes de avaliar o estágio de desenvolvimento da economia brasileira, evidenciando a evolução produtiva ocorrida, bem como os gargalos a serem enfrentados pelos formuladores de políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento (SERRANO, 2004).

É neste contexto que emerge a necessidade de entender quais postulados derivados do modelo pioneiro desenvolvido por Kaldor que poderiam ser aplicados ao caso concreto da economia brasileira pós redemocratização. Neste sentido observa-se a relevância desta pesquisa que busca canalizar atenção aos fatos ocorridos na economia brasileira entre os anos de 1998 até 2011, de modo a explica-los a luz dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Kaldor e seus seguidores.

Tratando-se do modelo kaldoriano, em linhas gerais, pode-se observar que sua análise do desenvolvimento econômico direciona fundamental importância às estruturas produtivas (peculiares) de cada economia, sendo fator determinante para o desenvolvimento sustentado, o crescimento do setor de indústria de transformação, uma vez que este setor operaria com retornos crescentes de escala, derivados dos ganhos de produtividade, ao passo que setores especializados em produtos primários operariam com retornos decrescentes. (MCCOMBIE e ROBERTS, 2008).

Na visão do autor, o setor manufatureiro tenderia a gerar ganhos extraordinários para a economia como um todo, uma vez que, o aperfeiçoamento tecnológico derivado da capacidade de inovação, geraria um aumento da produtividade no setor, que se espalharia por toda a economia (TOSTES, 2010).

Dada esta visão geral torna-se desafiador entender quais mecanismos propostos pela teoria desenvolvida por Kaldor, em especial, as descritas nos trabalhos: “*Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom*” publicado por Kaldor em 1966, “A

plain man's guide to kaldor's growth laws”, desenvolvido por Thirlwall, *What Still Remains of Kaldor's Laws?*, escrito por J. S. L. McCombie, e também o trabalho “*The role of the balance of payments in economic growth*”, dos autores McCombie e Roberts, que podem ser contextualizados com o cenário da economia brasileira da atualidade. Trata-se portanto de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo, que possui como objetivo central realizar análise teórica das leis de kaldor bem como explicar alguns fenômenos ocorridos na economia brasileira entre os anos de 1998-2011.

Esse artigo, além dessa introdução, está dividido em mais quatro seções. A segunda seção fará uma retrospectiva teórico-conceitual das leis de Kaldor, onde serão demonstrados seus principais pressupostos, características, metodologia e aplicações. A terceira destina-se a entender a conjectura da economia brasileira a partir de 1998 até o ano de 2011, a quarta seção, fará uma breve reflexão sobre investimentos na indústria de transformação e as possíveis causas da “Doença Holandesa”, e por fim, na última seção serão tecidas as considerações finais.

2. As Leis de Kaldor e o Modelo de “Exported-Led-Growth”

Conforme demonstrado na literatura internacional o ponto de partida do pensamento de Kaldor foi à publicação em 1966 do artigo *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom*, proveniente da grande preocupação do autor com o menor ritmo de crescimento da Grã-Bretanha relativamente à outras economias capitalistas desenvolvidas. No referido artigo, o autor apresentou um conjunto de leis, conhecidas como “leis de Kaldor”, no intuito de explicar as razões do baixo dinamismo da economia inglesa. Esses postulados, construídas a partir de pormenorizados testes econométricos, explicam, a dinâmica das economias capitalistas, especialmente as diferenças na performance de crescimento dos países (THIRLWALL, 1983).

A primeira Lei de Kaldor evidencia uma forte relação entre o crescimento da indústria de produtos manufaturados (G_m), e o crescimento do Produto Interno Bruto (G_{gpd}). Utilizando-se dos métodos econométricos de dados *cross-section*² para 20 países desenvolvidos, o autor estimou uma regressão correlacionando o crescimento da indústria

² Dados transversais (cross-section) referem-se a dados coletados pela observação de muitos assuntos (como indivíduos, empresas ou países / regiões) no mesmo ponto do tempo.

manufatureira e o crescimento do produto. Como resultado obteve um expressivo r^2 , indicador de qualidade do modelo, de 0,959, e um consistente indicador de que um crescimento na indústria de produtos manufaturados geram um aumento do PIB (THIRLWALL, 1983).

Em razão dos resultados obtidos pode-se afirmar que a primeira lei identifica a indústria como “indutora do crescimento” por ser o setor mais dinâmico e difusor de inovações. As intra e inter-relações da indústria com os demais setores induzem a um aumento na produtividade dentro e fora dela. Isto ocorre pelo fato de que há uma relação positiva entre o crescimento do setor manufatureiro e o aumento da produtividade da economia como um todo (TOSTES, 2010).

Isto porque, Kaldor apesar de ter estimado a relação original de Verdoorn³ entre o crescimento da produtividade e o crescimento do produto industrial (para os países da OCDE), deu preferência à relação entre o crescimento do trabalho e o crescimento do produto, para evitar regressões espúrias. Este autor defende que uma relação estatisticamente significativa entre a taxa de crescimento do emprego ou produtividade do trabalho e a taxa de crescimento do produto, com o coeficiente de regressão compreendido entre 0 e 1 ($0 \leq b \leq 1$), pode ser a condição suficiente para a presença de economias de escala crescentes estáticas e dinâmicas.

A relação entre o crescimento da produtividade do trabalho e o crescimento do produto é mais forte na indústria, visto que, produz maioritariamente produtos comercializáveis. Esta relação espera-se que seja fraca para os outros setores da economia, como o setor de serviços e agricultura, uma vez que, os serviços produzem produtos na maioria das vezes não transacionáveis, e de acordo com seu modelo, as exportações são os principais determinantes do crescimento econômico.

A agricultura exhibe rendimentos decrescentes de escala, uma vez que é caracterizada por restrições quer do lado da demanda (procura inelástica) quer do lado da oferta (oferta desajustada e imprevista).

Neste sentido, ao tratar dos aumentos de produtividade ocasionados pela indústria de transformação, deve-se retomar sucintamente os trabalhos realizados por Verdoorn

³ Verdoorn em 1949 descobriu que havia uma relação positiva importante entre o crescimento da produtividade do trabalho e o crescimento do *output*. Este autor defendeu que a causalidade vem do *output* para a produtividade, com uma elasticidade de aproximadamente 0,45 em média (em análises *cross-section*), assumindo deste modo que a produtividade do trabalho é endógena

(1949) que ficaram conhecidos como Leis de Verdoorn. Este autor desenvolveu determinada relação empírica entre o crescimento da indústria de transformação e aumentos da produtividade através de uma função de produção cobb-douglas. Os resultados obtidos levaram a segunda lei de Kaldor.

A segunda lei, conhecida como a lei Kaldor-Verdoorn, reflete as interpretações de Kaldor sobre a lei de Verdoorn. Kaldor estabeleceu uma relação de causalidade entre a taxa de crescimento da produção manufatureira e o aumento da produtividade, onde um aumento na produção, induzido pelo aumento da demanda, pode gerar ganhos, através do aperfeiçoamento tecnológico e da presença de economias de escala, trazendo consequências positivas para a economia como um todo (MCCOMBIE, 1981).

Kaldor acreditava que, em estágios mais avançados de desenvolvimento econômico, o crescimento do produto nacional seria determinado pela expansão da demanda por exportações, o que ficou conhecido na literatura como modelo de *Exported-Led-Growth*. Na interpretação de Kaldor, o crescimento do produto seria induzido pelo aumento das exportações, em especial, pelo amadurecimento da indústria de transformação. Neste sentido deve-se destacar que tanto em economias fechadas ou abertas, os modelos Kaldorianos demonstram a importância do papel do multiplicador *Harrod* comercial externo (dinâmico) e *Hicks*, super multiplicador externo (MCCOMBIE e ROBERTS, 2008).

Esse padrão de desenvolvimento econômico, conforme descrito pela teoria, leva a um processo cumulativo do crescimento. O processo de causalidade cumulativa decorre da existência no setor industrial de retornos crescentes de escala dinâmicos, resultantes do progresso técnico induzido pela expansão da produção. As economias de escala originam-se da descoberta de novos processos produtivos, aumento da diferenciação entre produtos e de novas indústrias subsidiárias. A presença de economias de escala eleva o nível de produtividade industrial, significando maiores lucros para as firmas e dessa forma uma maior capacidade de investimento. Assim, a expansão da indústria de transformação estimularia o aumento da produtividade e contribuiria para acelerar a taxa de mudança tecnológica de toda economia, aumentando sua competitividade no mercado externo (TOSTES, 2010).

Este processo decorre da proposição de que existe excesso de trabalho no setor não industrial, assim, o maior crescimento da indústria, provocará um maior e mais rápido

crescimento da transferência de trabalho para este setor e, por conseguinte maior será a produtividade induzida nesta economia (MCCOMBIE, 1981).

A partir desta constatação desenvolve-se a terceira lei de Kaldor que, em linhas gerais, especifica que quanto mais rápido for crescimento da produção industrial, mais rápido será a taxa de transferência de trabalho da indústria de transformação para os demais setores. Assim o crescimento da produtividade global está positivamente relacionado com o crescimento da produção na indústria transformadora e negativamente associado com crescimento do emprego nos setores não relacionados com a indústria manufatureira (THIRLWALL, 1983).

Mais uma vez, valendo-se de testes econométricos, Kaldor realizou um teste de hipóteses que demonstrou empiricamente a forte relação existente entre o crescimento do PIB com o aumento do emprego na indústria de transformação. Os resultados obtidos a partir da regressão realizada sinalizaram que a indústria possui uma relação positiva com o crescimento do PIB e os demais setores apresentam uma relação negativa.

De modo mais específico os resultados podem ser interpretados da seguinte maneira: “a partir de um aumento na mão de obra empregada na indústria à economia crescerá, em média, 0,821 pontos percentuais. Ao passo que um aumento no emprego nos demais setores (não industriais), geram uma redução do crescimento da economia”. Tais resultados, interpretados a luz dos pressupostos teóricos formalizados por Kaldor evidenciam a importância da indústria de transformação no crescimento econômico (THIRLWALL, 1983).

Por último, o autor explica que o crescimento econômico liderado pela demanda, onde o fator determinante da taxa de crescimento da produção industrial é uma variável considerada como um hiato tecnológico do nível de renda *per capita*, da taxa de investimento, do crescimento das exportações e do crescimento da população de um país, é limitado pela condição de equilíbrio do balanço de pagamentos. É neste contexto que Thirlwall (1983), partindo do modelo de “*export-led growth*” de Kaldor explica que o crescimento do produto depende primeiramente do desempenho das exportações e desenvolve uma relação que indica a taxa de crescimento que um país pode alcançar sem sofrer qualquer deterioração em seu balanço de pagamentos. Essa, por sua vez, é igual à taxa de crescimento das exportações dividida pela elasticidade-renda da demanda por importações.

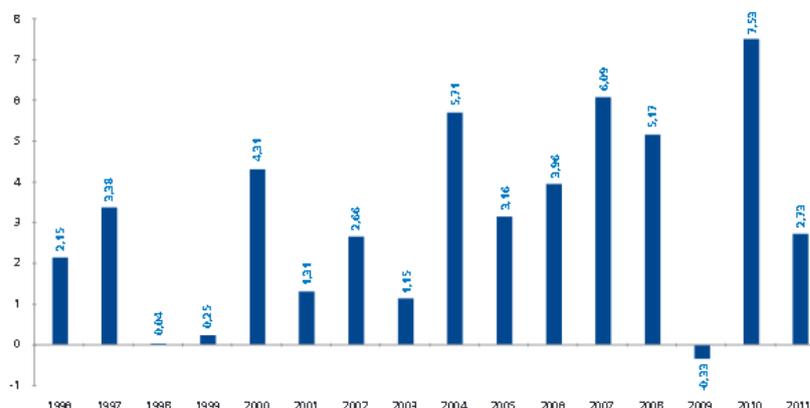
Analisadas as leis de Kaldor, parte-se agora para o estudo pormenorizado de alguns fatos ocorridos na economia brasileira desde 1990 até 2010, tema este da próxima seção.

3. A Economia Brasileira nas Décadas de 1998-2011

As duas últimas décadas presenciaram transformações importantes na relação do país com o exterior, pode-se afirmar que houve um crescimento do Produto Interno Bruto (gráfico 1), e um maior dinamismo da economia, o que ocasionou saldos positivos tanto no que se refere às transações correntes como ao balanço de pagamentos. Nos anos noventa a necessidade de obter recursos para a cobertura dos pesados encargos da dívida externa contraída anteriormente levou à adoção de várias medidas visando expandir as exportações, bem como ajustar os desequilíbrios econômicos observados à época (SANTOS *et al.*, 2010).

As exportações de fato cresceram consideravelmente em relação à década anterior; mas tais medidas produziram também efeitos negativos. Adotou-se um sistema de incentivo aos exportadores que envolviam extensos subsídios, que onerava as finanças públicas, gerando uma grande deterioração do balanço de pagamentos, a abertura comercial, por sua vez, dificultou a atividade industrial nacional, gerando novas pressões sobre as contas nacionais, os investimentos realizados não eram direcionados a setores produtivos como indústria e infraestrutura. Por exemplo, entre 1990 e 1994, a entrada média de investimentos em carteira foi superior a US\$ 16 bilhões por ano, segundo fontes do IPEA, porém, estes eram classificados originariamente como capitais especulativos, oriundos dos ciclos de liquidez internacional, mantendo-se, portanto, o problema da vulnerabilidade externa.

GRÁFICO 1 VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) A PREÇOS CONSTANTES (EM %)



Fonte: Elaboração BNDES, com base em dados do IBGE.

A partir de 1994, com a adoção do Plano Real, considerado um dos mais bem sucedidos planos de estabilização da economia brasileira, o país conseguiu se restabelecer, livrando-se da indexação da economia, resultando na redução considerável dos exagerados níveis inflacionários. Em contrapartida, a suscetibilidade externa aumentou devido à elevação da taxa de juros e ao câmbio. Tal fato cerceou o crescimento econômico, agravando o problema das contas públicas. De um modo geral observa-se uma melhora no quadro econômico de 1993 para 1994, com a elevação do PIB em 1%, devendo-se principalmente aos reduzidos índices de inflação a partir de julho de 1994, e pelos ajustes realizados pelo governo, revelando saldos positivos para a produção e para o consumo.

Segundo informações do DIEESE (2010), os índices econômicos do primeiro semestre de 1994 apresentaram picos de inflação, quedas da massa salarial e estagnação do nível da atividade econômica. No semestre seguinte, houve uma reversão gradual desta tendência, pois neste período a implementação do Plano Real estava praticamente concluída na economia. O sucesso da implantação do Plano Real teve como principal elemento à mudança do regime cambial, uma vez que garantiu a estabilidade do nível de preços internos.

A queda da inflação ocasionou efeitos expressivos sobre o poder de compra da população. Paralelamente, o acréscimo salarial aliado ao aumento do nível de emprego estimulou o consumo. Os dados apontam que o Real foi bastante impactante sobre o consumo. O faturamento cresceu e registrou-se elevação nas vendas do setor de bens duráveis no mesmo período. Portanto, de um ano para o outro, as vendas de automóveis, eletrodomésticos da linha branca e outros produtos duráveis cresceram mais de 50%.

O período de 1998 a 2000 foi bastante marcante no governo de Fernando Henrique Cardoso, pois neste período o país passou por duas crises que impactaram diretamente no cenário econômico nacional, o baixo crescimento pode ser observado no gráfico acima. A primeira delas foi à crise asiática, ocorrida em 1997. No ano seguinte a crise da Rússia. (VASCONCELOS, 2006). Em 1999 houveram no Brasil ajustes profundos na economia, buscando a reversão do quadro apresentado até então. Como medidas, foram realizadas desvalorizações cambiais, de modo a gerar mais competitividade à indústria, o BACEN passou a operar sob regime de metas de inflação, e o ajuste fiscal feito na implementação do plano Real já começava a dar sinais positivos, com a presença de saldos positivos nas transações correntes, entre outras (VASCONCELOS, 2006).

Já no ano 2000, o Brasil voltou a apresentar uma aceleração do crescimento, o PIB cresceu 4,3%. O aquecimento da economia estava relacionado com a diminuição das taxas de juros, imposta rigidamente para ficar no patamar de 15% no ano anterior, o grande período em que o Real manteve-se estabilizado nos anos anteriores e com a recuperação da confiança, consequência do comprimento do acordo com FMI (SANTOS et. al., 2010).

No ano de 2003, com a política fiscal e monetária contracionista adotada pelo governo, reverteu-se à tendência de crescimento do PIB. A insegurança do período foi caracterizada pelo aumento do risco-país, pela depreciação da taxa de câmbio, pela saída de capitais e pela queda do crédito internacional. Com o objetivo de controlar a inflação, o governo optou por aumentar a taxa Selic. Esta política econômica resultou em maior confiança dos mercados e na baixa do câmbio, que passou de R\$3,59/US\$ em fevereiro para R\$2,93/US\$ ao final do ano. Com a apreciação do câmbio e com ferramentas monetárias restritivas, o governo conseguiu obter certo controle sobre a inflação e assim voltou a diminuir a taxa básica de juros. (SANTOS et al., 2010).

No ano de 2004 houve crescimento do PIB brasileiro, com um ambiente externo favorável e o contínuo aumento do saldo da balança comercial, a taxa de câmbio voltou a valorizar-se. Além disso, a queda da inflação, a partir da metade do ano de 2003, fez com que o Banco Central reduzisse a meta da taxa Selic. Em 2005, o país apresentou crescimento menor que o verificado em 2004, devido à desaceleração dos investimentos, da indústria de transformação e da agropecuária. Para o ano de 2006, o crescimento registrado foi superior ao anterior. (SANTOS et al., 2010).

Apesar da crise financeira internacional iniciada em 2007, a economia brasileira continuou crescendo. Os efeitos da crise sobre o Produto Interno Bruto (PIB) foram relativamente tênues, com queda de apenas 0,3% em 2009. Em virtude da força do mercado doméstico e de políticas anticíclicas, nas quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve importante participação, a recuperação ocorreu de forma rápida e vigorosa, com crescimento de 7,5% em 2010.

Apesar dos resultados positivos do período o próprio governo federal, através do trabalho elaborado pelo BNDES intitulado de: “A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro”, demonstra o descompromisso com políticas que visem o aumento da competitividade da economia, noticiando ainda gargalos na infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento e na qualificação da mão de obra.

A partir da análise realizada, observa-se que durante os últimos anos não houveram indicativos de um crescimento sustentado, observam-se ciclos de crescimento, ou seja, em anos de alta liquidez internacional e conjuntura externa favorável se cresce mais e anos com conjuntura adversa se cresce menos. Talvez estes ciclos observados na economia brasileira sejam decorrentes da falta de sensíveis investimentos em setores industriais, uma vez que tem-se averiguado no Brasil uma queda na participação da indústria no produto total. Estes fatos demonstram o grande descomprometimento da política econômica com setores indutores de inovações, que agregam valor ao capital, e o mais importante, que segundo evidências empíricas como as leis de Kaldor, testadas por métodos quantitativos, geram crescimento econômico de longo prazo (KUPFER, 2008).

4. Indicadores de “Desindustrialização Precoce” no Brasil e as Leis de Kaldor

Por todo exposto, observa-se que a economia brasileira ao longo dos últimos anos não se preocupou em direcionar investimentos para setores produtivos da economia, principalmente destinados a indústria de transformação. Este fato tem gerado inúmeras discussões na comunidade científica a fim de investigar qual o impacto imediato e futuro dessas ações para a economia nacional (VASCONCELOS, 2006).

Inicialmente, pode-se afirmar que, a luz dos pressupostos estabelecidos nas leis de Kaldor, o Brasil não tem realizado os investimentos e o ajuste necessários à manutenção de taxas sustentáveis de crescimento econômico. Neste sentido sem uma adequada mudança estrutural prestigiando setores mais dinâmicos da indústria, dificilmente as exportações contribuirão para uma aceleração do crescimento equiparando as taxas de crescimento do país com os países com “*export-led-growth*”.

O bom desempenho recente das exportações não configura um padrão de crescimento do tipo “*export-led-growth*”, uma vez que os setores que vêm se destacando nas exportações pouco contribuíram para acelerar a taxa de crescimento na economia, uma vez que trata-se de setores de baixo valor agregado. Hipótese que demonstra as causas de a economia brasileira ainda não ter atingido as taxas de crescimento de 10% a.a. observadas nos anos de elevado ritmo de crescimento na década de 1970, impulsionados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (TOSTES, 2010).

Importante salientar, que a discussão proeminente da situação relacionada aos aspectos estruturais da economia brasileira apontam para um quadro preocupante, em que são diagnosticados problemas relacionados à falta de investimentos e ao baixo dinamismo do setor industrial fortemente atingido por políticas econômicas. Tais fatos estão demonstrados no gráfico 2. Abaixo:

Gráfico 2



Fonte: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1059317-participacao-da-industria-no-pib-recua-aos-anos-jk.shtml> > Acessado em 28/02/2014.

Neste sentido, deve-se destacar que um dos mais importantes debates da comunidade acadêmica tem sido a questão da desindustrialização precoce que vem ocorrendo no país. A chamada “Doença Holandesa” tem sido motivo de vários estudos. A literatura recente, no entanto, tem sido pouco conclusiva a respeito dos determinantes do processo de desindustrialização, porém existem certos estudos que apontam a formação bruta de capital fixo e o saldo da balança comercial como fundamentais na explicação deste fenômeno (SOARES *et al.*, 2011).

Testes econométricos mostraram que a taxa real de câmbio tem um forte efeito indireto sobre a perda relativa do emprego e do valor adicionado na indústria. Neste sentido a taxa real de câmbio afeta negativamente a participação da indústria no emprego e no valor adicionado devido aos seus impactos sobre a formação bruta de capital fixo e o saldo da balança comercial. Assim, verifica-se que a manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada pode ser considerada uma causa importante da desindustrialização (SOARES *et al.*, 2011).

Uma vez aceita a definição usual de desindustrialização como um processo pelo qual ocorre uma redução da participação do valor adicionado na indústria no PIB e/ou do emprego industrial no emprego total, torna-se inquestionável que esse processo vem ocorrendo no Brasil, com maior ou menor intensidade, de forma linear ou não, desde o final da década de 1980. Porém o debate sobre a desindustrialização brasileira tem se concentrado mais sobre as causas desse processo, e suas possíveis consequências sobre o crescimento de longo-prazo, do que sobre a ocorrência histórica desse fenômeno (SOARES *et al.*, 2011).

Neste sentido, é possível afirmar que há uma certa desindustrialização no Brasil, pois tanto os níveis de produto industrial como de emprego industrial têm diminuído. Assim se verifica uma perda relativa, embora irregular, no produto e emprego nas últimas décadas. Estes fatores evidenciam o descompasso da política economia brasileira com as proposições de Kaldor, que assegura a necessidade de se manter investimentos no setor industrial de modo a aumentar sua participação em relação ao produto total, para gerar externalidades positivas, relativas aos ganhos de escala, ao aumento da produtividade e a emergência de inovações tecnológicas para toda economia (TOSTES, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória negativa de crescimento do produto pode ser atribuída à ausência da incorporação de vantagens comparativas à estrutura industrial em setores considerados dinâmicos com respeito à capacidade de potencializar o ritmo de crescimento econômico numa perspectiva de longo prazo.

Na visão de Kaldor, a economia brasileira deveria retomar o processo de industrialização investindo nos setores mais dinâmicos de forma a aumentar significativamente suas respectivas participações no PIB. Assim, conforme Kaldor os efeitos multiplicadores sobre o PIB seriam maiores, levando a uma taxa de crescimento econômico mais acelerado. Nesse sentido, mudanças estruturais ainda permanecem necessárias para eliminar potenciais restrições externas ao crescimento de longo prazo e para colocar a economia brasileira em uma trajetória de crescimento superior a atual. É dessa forma que o processo de industrialização da economia brasileira, no sentido de produzir produtos de maior valor unitário e adicionado, tem um importante papel a cumprir para a aceleração da taxa de crescimento. Em suma, o retorno a uma taxa média de crescimento econômico em

torno de 7%, conforme os argumentos kaldorianos, depende de transformações na estrutura produtiva do setor industrial.

Kaldor, que nos anos 1960, desenvolveu um conjunto de argumentos para explicar o desenvolvimento econômico, concluiu, entre outras coisas, que as exportações, em particular de produtos industrializados, desempenham papel crucial no dinamismo das economias maduras no longo prazo. Assim Kaldor identificava, no contexto da sua época, que o crescimento econômico, liderado pela demanda agregada, poderia sofrer constrangimentos por desequilíbrios no balanço de pagamentos gerados pela perda de competitividade das exportações, provocado pelo relativo atraso tecnológico do setor industrial.

Assim, ante o exposto, observa-se a eminente necessidade de se reavaliar as metas e prioridades de investimentos, e de políticas públicas de modo a realizar uma modificação profunda na estrutura produtiva brasileira para gerar um desenvolvimento econômico sustentado.

6. REFERÊNCIAS

CRUZ, A. I. G., AMBROZIO, A. M. H., PUGA, F. P., SOUSA, F. L., NASCIMENTO, M. M. **A ECONOMIA BRASILEIRA: CONQUISTAS DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.** BNDES, 2012.

DIEESE – **DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS.** Disponível em <<http://dieese.org.br/esp/real/crisereal.xml>>, Acesso em 14/07/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **ECONOMIA.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1059317-participacao-da-industria-no-pib-recua-aos-anos-jk.shtml>> Acesso em 17/07/2013

IPEA – **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.** Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em 18/07/2013.

KUPFER, David. In: HASENCLAVER, L. e KUPFER, D. **Economia Industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2006.

MCCOMBIE, J.S.L.; ROBERTS, M.; **O PAPEL DO BALANÇO DE PAGAMENTOS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO.** The Economic Journal, Vol. 91, No. 361 pp. 206-216 Published, (1981).

MCCOMBIE, J.S.L.; **WHAT STILL REMAINS OF KALDOR'S LAWS?** The Economic Journal, Vol. 91, No. 361 (Mar., 1981), pp. 206-216 Published by: Wiley on behalf of the Royal Economic Society Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2231710> .Accessed: 15/03/2013.

SANTOS, F.C.R; TELEGINSKI, J.; SOUZA, J. H.; GUGELMIM, R.M.; **A EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO ENTRE 1993 E 2009.** Vitrine da conjuntura, Curitiba, PR, 2010

SERRANO, C. **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A RETOMADA DA ABORDAGEM CLÁSSICA DO EXCEDENTE,** Revista de Economia Política, vol. 24, nº 2, 2004.

SOARES, C.; MUTTER, A.; OREIRO, J. L.; MAGALHÃES, R. **UMA ANÁLISE EMPÍRICA DOS DETERMINANTES DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1996-2008.** UNB, Brasília (DF), 2011.

THIRLWALL, A. P.; **A PLAIN MAN'S GUIDE TO KALDOR'S GROWTH LAWS.** University of Kent at Canterbury, 1983.

TOSTES, M. L.; FEIJÓ, C. A.; **CRESCIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: AS LIÇÕES DAS LEIS DE KALDOR.** UFF, Rio de Janeiro (RJ), 2010.

VASCONCELOS, M. A. S.; GREMARD, A. P.; JUNIOR, P. T.; **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORANEA – 7ª EDIÇÃO,** ed. Atlas, 2007.